

investidores

e C acreditam no lucro do mercado de risco

PERSPECTIVA

ÂNGELO PASSOS

Revolução na educação

As indústrias estão preparando uma revolução na educação. Nesta semana, a CNI, através do Sesi, apresentará ao ministro da Educação, Paulo Renato, o projeto do maior programa de escolaridade para o trabalho já realizado na América Latina. Deverá ser desenvolvido em todos os Estados, tendo como meta beneficiar 3,6 milhões de pessoas adultas no prazo de três anos. O custo desse empreendimento (que tem dimensão maior que a do antigo Mobral) está orçado em R\$ 3,7 bilhões. Os industriais buscam a parceria do governo, mas não abrem mão de administrar o programa – o que lhe garante o sucesso.

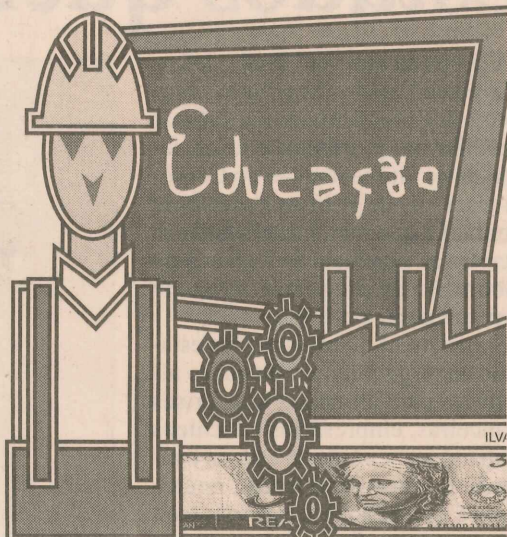
Esta é a melhor providência anunciada a partir de um debate reaceso na economia, pelo Ipea, durante a semana. Trata-se do poder da educação no desenvolvimento. A chamada "Carta do Ibre" indicou o baixo grau de educação da população como o principal problema da economia brasileira a longo prazo. Considera que os indicadores educacionais melhoraram nos últimos 20 anos, porém não o suficiente para sustentar crescimento consistente.

Na verdade, essa preocupação não é futurística. Com nível educacional mais evoluído, o hoje Plano Real estaria num estágio bem mais progressista. A condição atual é, por conseguinte, de desvantagem com países parceiros, porque educação é estratégia de guerra na competição.

O programa que a CNI preparou fundamenta-se em constatações hoje muito mais sentidas que na época romântica da introversão econômica, chamada de substituição de importações. No fogo cruzado da concorrência, a educação é condição para gerar retorno de investimento, é determinante de características tecnológicas e da qualidade dos investimentos, com linque direto na produtividade. Isso produz forte influência na decisão de investir. Em sendo assim, a educação influi no impacto dos empreendimentos

na economia, na dimensão da capacidade instalada, no nível de emprego. E também no mercado consumidor, que não sobrevive sem razoável distribuição de renda.

Não existe modernização da economia nem do Estado que não caminhe com a educação.



Quando foi feita a abertura oficial da indústria brasileira à concorrência externa, em 26 de junho de 1990, pela ministra Zélia Cardoso de Mello, deveria, simultaneamente, ter sido iniciada uma cruzada educacional para a produção, porque aquele ato significou uma mudança estrutural na organização produtiva do país. Redefiniu-se o papel do Estado na economia, mas não se redefiniu a educação. Esse desencontro é visível na intimidade das empresas onde até a reposição de maquinário e equipamento exige evolução da mão-de-obra para não frustrar a produtividade do capital. Até agora, o que tem socorrido as empresas são as escolas técnicas, o Senai (que matriculará no ES 16.911 alunos neste ano), o Senac (com 23 mil alunos no ES), e o Sebrae, em nível de preparo gerencial. São instituições importantíssimas. Nenhuma empresa pode pensar no cliente do futuro com o grau de preparo do seus empregados no passado. Por isso, vem aí o programão educacional da CNI.